

Reforma da Previdência dá primeiros passos no Plenário

Célio Azevedo



■ Emenda paralela terá tramitação à parte da proposta do governo, conforme decisão dos senadores

A reforma da Previdência teve ontem seu primeiro dia de discussão, em primeiro turno, no Plenário do Senado. Isso foi possível depois que os senadores decidiram, por 36 votos contra 28, que a emenda paralela terá tramitação independente da proposta do governo. Os partidos opositoristas foram vencidos em sua intenção de juntar as duas proposições. Até ontem, o texto oficial já tinha recebido 181 emendas em Plenário.

Página 5

DEBATE No Plenário, Jefferson Péres (ao microfone) anuncia intenção de recorrer ao Supremo contra tramitação da emenda paralela

Congresso faz homenagem a João Paulo II

O Congresso Nacional comemorou ontem os 25 anos de pontificado do papa João Paulo II.

Vários cardeais e bispos estiveram na homenagem. À noite, na residência oficial do presidente do Senado, os religiosos foram recebidos em jantar por José Sarney. Estava prevista a participação do presidente Lula na recepção.



Marcio Kallume

Página 2

CELEBRAÇÃO José Sarney (D), ao lado do arcebispo emérito do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, durante recepção na residência oficial do Senado para comemorar o aniversário do pontificado do Papa

Cidade de São Paulo e Bahia terão empréstimos

O Plenário do Senado autorizou ontem o governo da Bahia e o município de São Paulo a tomarem empréstimos.

Página 3



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Homenagem ao papa João Paulo II

Congresso comemora jubileu de prata do pontífice em sessão que reuniu religiosos e parlamentares

O jubileu de prata do pontificado do papa João Paulo II foi comemorado ontem pelo Congresso Nacional em sessão solene que contou com a participação do arcebispo-primaz do Brasil e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella Agnelo; do núncio apostólico dom Lorenzo Baldisseri; do arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão; do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eusébio Scheid; e do arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes.



VIRTUDE Maciel (D), representando o Senado, lembrou "singular percepção política" do Papa

Representando a Câmara dos Deputados, Osmânio Pereira (PTB-MG) lembrou que, no dia em que foi consagrado papa, João Paulo II surpreendeu a multidão reunida na Praça do

Vaticano falando de improviso e "ousou mais ainda: confessou que tinha medo e que precisava da ajuda de todos para realizar sua missão".

O senador Marco Maciel (PFL-PE) representou o Senado na solenidade e lembrou que a vocação religiosa de Karol Wojtyła foi revelada ainda na juventude e amadurecida como trabalhador. Maciel disse ainda que o Papa é portador de ampla visão, capaz de interpretar os fatos e antecipar-se ao futuro, além de possuir uma singular percepção da política.

Ao final da sessão solene, dom Lorenzo Baldisseri expressou, em nome do Papa, a sua "profunda gratidão" ao presidente José Sarney e ao Congresso Nacional pela iniciativa de comemorar o jubileu de prata do pontificado de João Paulo II. Ao encerrar a sessão, Sarney ressaltou que essa foi uma reunião para testemunhar que a vida de Karol Wojtyła é uma bênção de Deus para todos os homens, para a Humanidade e para a história da Igreja.

Na análise de Sarney, a generosidade é e permanecerá sendo uma marca da vida de João Paulo II.

À noite, na residência oficial do presidente do Senado, José Sarney ofereceu jantar aos cardeais e bispos que participaram da homenagem ao Papa.

Comissão recebe visita de finlandês

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebe hoje a visita de Pentti Arajärvi, marido da presidente da Finlândia, Tarja Halonen, que está em visita oficial no país. Pentti demonstrou interesse em conhecer os trabalhos da CAS por ter ocupado o cargo de secretário da Comissão de Assuntos Sociais e Saúde do Parlamento finlandês diversas vezes. Ele veio acompanhado da embaixatriz Paula Uusi-Videnoja e de membros do Parlamento finlandês.



Presidente da CAS, Lúcia Vânia irá receber comitiva

A comitiva será recebida pela presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela pretende entregar a Pentti um exemplar em inglês da Constituição brasileira, além de uma pasta com informações sobre a comissão.

Papaléo defende programa dos genéricos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu ontem, em Plenário, a expansão do programa dos remédios genéricos, por entender que estes são seguros, eficientes e baratos. Ele lamentou que o governo esteja abandonando o programa, que recebeu do governo anterior R\$ 1 bilhão em investimentos e gerou mais de 10 mil empregos diretos. De acordo com Papaléo, o tema dos genéricos não pode ser tratado com viés ideológico ou matiz partidário.



Papaléo: Congresso não deve aceitar retrocesso

O senador observou que o Congresso não pode aceitar que um programa de tanto sucesso quanto o dos genéricos sofra ameaças de retrocesso. Ele ressaltou que os parlamentares precisam assegurar que a iniciativa tenha continuidade e expansão, para que não se percam conquistas obtidas pela população de baixa renda.

Aprovação de MP destranca pauta do Senado

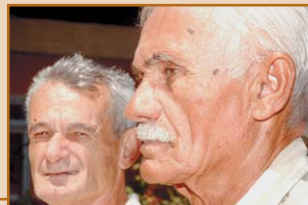
A aprovação, ontem, da Medida Provisória nº 128/2003 permitiu a votação de 18 projetos e requerimentos que constavam da pauta do Plenário desde segunda-feira.

A MP foi assinada pelo presidente Lula em 1º de setembro e revogou a MP nº 124/2003. Com a revogação, foi destrancada a pauta da Câmara, para permitir a votação da reforma tributária. A MP revogada tratava do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA), e Lula se comprometeu a enviar projeto de lei com o mesmo conteúdo. A diferença é que projeto só entra em vigor depois de votado pela Câmara e Senado, enquanto as MPs têm vigência imediata.

Agenda

Proposta amplia proteção aos idosos

A sessão de hoje, às 9h, examina medida que inclui, entre os deveres da União, estados e Distrito Federal, a proteção aos maiores de 65 anos (PEC nº 7/00). O Plenário também discute, em primeiro turno, matéria que trata do comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa (PEC nº 64/99).



Sarney recebe a presidente da Finlândia

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h15, a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, no Salão Nobre. Sarney terá ainda, às 11h, uma

visita de cortesia do secretário-geral da Frente para a Libertação de Moçambique (Frelimo), Armando Emilio Guebusa.

Diploma Mulher-Cidadã

Termina amanhã o prazo para indicação de candidatas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, homenagem a brasileiras que contribuem na defesa dos direitos das mulheres. A indicação deverá ser encaminhada à Mesa do Senado.

Interlegis promove debate

O Interlegis promove hoje, às 10h, teleconferência sobre o Estatuto do Idoso, com a participação de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Demostenes Torres (PFL-GO), com a condução do autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Novo cálculo para compensação das concessionárias de energia

Os senadores aprovaram e decidiram ontem enviar à sanção presidencial o projeto de lei da Câmara (PLC nº 16/03) que modifica a fórmula de aplicação do redutor sobre os saldos remanescentes que as concessionárias de energia elétrica mantêm na chamada Contas de Resultados a Compensar

(CRC), rejeitando emendas apresentadas em Plenário por Hélio Costa (PMDB-MG).

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o assunto, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), serviu como base para a decisão do Plenário, conforme acordo de lideranças so-

bre a matéria. Efraim Moraes (PFL-PB) também apoiou a aprovação da matéria e a rejeição das emendas em parecer que proferiu pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em substituição a Rodolpho Tourinho (PFL-BA), pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Segundo o parecer da CCJ, o projeto corrige falha de lei de 1993, que não permitiu que quatro concessionárias de energia elétrica (do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Goiás e de Alagoas) compensassem, na mesma proporção que outras estatais do setor elétrico, seus créditos de CRC.



RECLAMAÇÃO Paulo Octávio cobra envio de projeto ao Senado com antecedência

Aprovada programação monetária

Depois de longos debates que levaram inclusive à suspensão da sessão, o Plenário aprovou ontem o projeto que ratifica a programação monetária feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o quarto trimestre deste ano (PDL nº 800/03). Os senadores reclamaram do processo de análise do tema pelo Senado, já que, segundo eles, a programação tem sido sistematicamente enviada para exame da Casa depois de o período a que se refere já haver sido iniciado.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Paulo Octávio (PFL-DF), lamentou que o Senado acabe realizando apenas votação protocolar do assunto. Ele cobrou que o projeto chegue com antecedência e anunciou que, a partir do próximo ano, o PFL vai se posicionar contra as propostas que chegarem à Casa com o prazo vencido.

Almeida Lima (PDT-SE) votou contra o projeto por acreditar que a programação monetária não põe fim à recessão. Seu voto foi acompanhado por Heloísa Helena (PT-AL).

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da programação monetária referente ao trimestre anterior, disse que a metodologia de elaboração não atende às exigências da política econômica.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na CAE, em novembro, permitirá discutir a política econômica.

Para Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o Senado precisa cuidar de sua auto-estima e cobrar o cumprimento de prazos. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou da realização da votação sem quórum.

Macapá terá benefícios da Zona Franca

O Plenário estendeu os benefícios fiscais desfrutados pela Zona Franca de Manaus à Área de Livre Comércio de Macapá/Santana e aos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). Foi aprovado substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a projeto de lei (PLS nº 414/99) apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), e que agora será examinado pelos deputados. Pelo projeto original, apenas a área do Amapá era contemplada com a extensão dos benefícios fiscais.

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) se aplica apenas a bens elaborados com matérias-primas da região, incluindo produtos de origem animal, vegetal, mineral, agrossilvopastoril, agroindustrial, de biodiversidade, máquinas agrícolas, cerâmicas e vidros.

Os incentivos fiscais estendidos às novas áreas aplicam-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema).

O substitutivo foi apresentado pelos senadores amazonenses Arthur Virgílio (PSDB), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT).



LIVRE COMÉRCIO José Sarney é autor do projeto que favorece Macapá/Santana



PAUTA EXTENSA Além de pedidos de empréstimos, Plenário votou ontem diversos projetos

Bahia e prefeitura paulistana poderão fazer empréstimos

■ Plenário autoriza contratação de operações junto ao BNDES e ao Banco Mundial

O Senado decidiu ontem autorizar o município de São Paulo a tomar empréstimo de R\$ 493,8 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o estado da Bahia a contratar operação de crédito de US\$ 60 milhões junto ao Banco Mundial. Os projetos de resolução aprovados em Plenário foram remetidos à promulgação.

Os recursos solicitados pela prefeitura de São Paulo serão destinados ao Sistema Integrado de Transportes Urbanos de Passageiros da cidade. Segundo os parlamentares do estado, as obras a serem realizadas pela prefeitura serão capazes de melhorar o trânsito e a qualidade de vida dos paulistanos, principalmente

no centro da cidade.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu aos senadores pela aprovação do empréstimo, viabilizado por acordo de líderes. Ele lembrou que o assunto foi amplamente discutido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Já os recursos do Banco Mundial serão usados pelo governo baiano para financiar a segunda fase do projeto de Educação do Estado. O senador César Borges (PFL-BA) registrou que a primeira fase do programa, no valor de US\$ 40 milhões, foi implantada quando ele era governador (1999-2002).

Ele agradeceu aos que agiram pela aprovação do pedido do estado, especialmente os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que não houvesse tratamento diferenciado com relação ao empréstimo para São Paulo.

Contas

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo com presta-

ção de contas dos presidentes do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios, relativas ao exercício de 2000. Acolheu ainda projetos de decreto legislativo sobre as contas dos presidentes da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2000, nos termos de relatórios favoráveis do senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Os decretos legislativos vão à Câmara dos Deputados.

Foi adiada para a próxima terça-feira a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 27/03) do senador José Jorge (PFL-PE) que determina que as medidas provisórias terão sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Para a mesma sessão, foi adiada a votação do requerimento de urgência para exame do projeto de lei da Câmara (PLC 65/03), de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA).

Congresso recompõe orçamento para saúde

■ Acordo garantiu que recursos de outras áreas não sejam considerados investimentos no setor

O Congresso aprovou ontem a exclusão, do orçamento da saúde, dos recursos para pagamento dos serviços da dívida e da Previdência Social, além de verbas para o Fundo de Combate à Pobreza. Pelo acordo entre os líderes, o governo terá de recompor o orçamento original da Saúde com recursos de outras fontes, para que toda a verba orçamentária da Saúde seja efetivamente usada no setor.

Também foram aprovados

crédito especial para o Ministério da Educação e créditos suplementares para os Ministérios da Saúde, do Esporte, de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. Para o Ministério da Educação foram garantidos R\$ 120,858 milhões, a serem utilizados em equi-

pamentos de pesquisa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Joaquim Nabuco, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Escola Agrotécnica Federal de Satuba (AL). O relator, senador



Amir Lando elogiou decisão que garante verbas para pesquisas

Amir Lando (PMDB-RO), elogiou o projeto, e lembrou que a verba permitirá a implantação da Universidade Virtual.

O crédito em favor do Ministério do Esporte é de R\$ 29 milhões 720 mil, e será usado na modernização de infra-estrutu-

ra de comunidades carentes no país. Para o Ministério da Saúde serão destinados R\$ 229,990 milhões. As pastas de Minas e Energia, Transportes e das Comunicações receberão R\$ 45,386 milhões.

Orçamento começará a receber emendas

As emendas à proposta de Orçamento para 2004 poderão ser apresentadas a partir da próxima semana, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). O início poderá ser na segunda ou terça-feira, dependendo do resultado da votação do projeto de resolução que garante aos senadores a apresentação de mais três emendas de bancada, cujo limite atual varia de 15 a 20 por estado.

– Se for aprovada a alteração, o prazo para apresentação de e-



ACORDO Mestrinho (E) reuniu-se com líderes em busca de entendimento sobre emendas

mendas começa a contar a partir de segunda-feira. Se isso não ocorrer, a abertura para acolher emendas será na terça – disse.

O texto do projeto de resolução, com o acordo selado pela comissão designada por Mestrinho para acabar com as di-

vergências entre os representantes das duas Casas sobre o pleito dos senadores para aumentar as emendas de bancada, ainda estava sendo negociado. Mas Mestrinho informou que está assegurado, no texto, que essas emendas serão de iniciativa dos senadores.

– Não serão nominais. Os senadores irão indicar três emendas às bancadas – explicou o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que considerou atendida a reivindicação de ampliar a representação do Senado junto às bancadas estaduais.

Mestrinho anunciou ainda que a definição das relatorias setoriais do Orçamento deverá ocorrer na terça-feira, em reunião com líderes dos partidos.

“Palavras de Lula não eram para mim”, diz Sarney

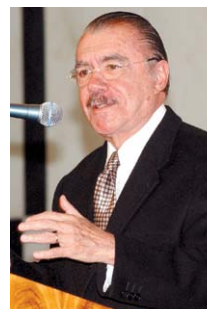
Questionado sobre o discurso em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao inaugurar o novo aeroporto de Campina Grande (PB), fez críticas a seus antecessores, o presidente do Senado, José Sarney, disse que não se sentiu atingido pelas afirmações do chefe do Executivo.

– Eu não ponho a carapuça. Para mim, na cabeça do presidente não estava o meu nome. Não era para mim – disse Sarney ao chegar ao Congresso.

Sem citar nomes, Lula afirmou, em Campina Grande, que “ex-presidentes foram covardes e não tiveram coragem de fazer o que precisava ser feito pelo

país”. Também assinalou que a seca é um fenômeno da natureza, mas que “a fome causada por ela é falta de vergonha dos homens, que deveriam ter acabado com esse mal”.

No discurso, de acordo com a Agência Globo, Lula defendeu as reformas em tramitação no Congresso e declarou que fará as mudanças que forem necessárias para melhorar o Brasil.



José Sarney afirmou que não se sentiu atingido

Paim: Estatuto da Igualdade Racial deve ser aprovado logo

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, conversou ontem com o diretor de Promoção, Estudos, Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-Brasileira da Fundação Palmares, Zulu Araújo, sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Paim espera que o projeto seja votado no Senado ainda este ano.

– O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende que o estatuto seja sancionado em 20 de novembro, Dia de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra. A igualdade racial é uma demanda importante de 48% da população, e o estatuto trata de políticas públicas para instituir ações no sentido da igualdade racial. Com vontade política e organização, é possível aprovar a matéria a tempo – disse Paim.

Zulu Araújo considera que a aprovação do estatuto será “um belo presente” para a comunidade afro-brasileira e facilitará a implantação de políticas afirmativas.

Paim também participou ontem da abertura do 1º Encontro Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. O evento, promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contou com a presença das ministras da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Emilia Fernandes.



Paim: é possível votar a matéria ainda este ano

Agripino registra o primeiro ano do PFL na oposição

Declarando ser “muito difícil fazer oposição a um governo tão popular”, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), marcou com um discurso os 12 meses da “opção oposicionista” do partido. Ele comentou a atuação do PFL e do governo Luiz Inácio Lula da Silva, além de ler o documento “Compromisso da Oposição – A esperança por um tempo de menos impostos e mais empregos”, comemorativo do anúncio da escolha do caminho anunciado pelo partido após a eleição de Lula para a Presidência da República.

Conforme o senador, há um ano o PFL assumiu a tarefa de fazer oposição, “de maneira responsável e com caráter fiscalizador”.



César Borges critica os dez meses do governo Lula

Ao analisar os primeiros dez meses da administração Luiz Inácio Lula da Silva, que se completam amanhã, o senador César Borges (PFL-BA) disse que a data “sentencia o início da contagem regressiva para todo o governo”. Segundo ele, dez meses é tempo suficiente para que qualquer governo diga a que veio.

– Mas o que vemos hoje é o envelhecimento precoce do governo do PT em método e palavra. Envelhece quando cede a usos e costumes políticos que prometia reformar. A essa rendição se soma uma cultura autoritária de intimidação dos críticos – afirmou.



Virgílio cobra a presença de governistas na sessão de hoje

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), prometeu que estará em Plenário hoje para fiscalizar a presença dos senadores governistas na sessão, marcada para as 9h.

– Estarei vigilante, porque não estamos aqui para atender aos achaques do governo, que pretendia realizar sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras apenas para garantir prazos para suas reformas – disse. O senador lembrou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva completa amanhã dez meses.

– Quase um quarto do mandato do presidente Lula se esvaiu em inação, em bateção de cabeça de ministros, em flacidez ética, em incompetência – afirmou.



Célio Azevedo



IMPORTÂNCIA Zinaldo discursa na solenidade que contou com a presença de senadores e do ministro Gilberto Gil

Artistas comparecem ao lançamento de frente

Com apresentação do ministro da Cultura, Gilberto Gil, cantando *Asa Branca*, e do grupo brasileiro Casa da Farinha, tocando o Hino Nacional, foi lançada ontem a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. Estiveram presentes senadores como Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Roseana Sarney (PFL-MA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), entre outros. Também comparece-

ram artistas como Zinaldo, Lobão, Sandra de Sá, Paula Lavigne e Tizuka Yamazaki.

A frente é formada por 23 senadores de todos os partidos. Gilberto Gil defendeu ações conjuntas na busca de uma política cultural ampla. Mercadante disse que a criação da frente muda a qualidade do relacionamento do Congresso com o setor cultural. Roseana Sarney afirmou que a frente valoriza e democratiza o acesso aos bens culturais brasileiros.

Roosevelt Pinheiro



CONVERGÊNCIA Suplicy lembra que Lula pensa como Antonio Ermírio sobre assistência social

Suplicy rebate críticas ao Fome Zero

Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu ontem as críticas feitas ao programa Fome Zero pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes. Ele teria afirmado que “ninguém gosta de viver de esmola” e que o país precisaria de um programa “Desemprego Zero”.

O senador lembrou que o presidente Lula comunga da mesma idéia do empresário, tendo citado, quando do lançamento do Bolsa-Família, trecho da canção de Luiz Gonzaga que diz que “uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

Suplicy elogiou a decisão do governo de unificar os programas de transferência de renda.

Fátima Cleide pede defesa do meio ambiente

Fátima Cleide (PT-RO) defendeu ontem as emendas que apresentou à proposta de reforma tributária para permitir que a defesa do meio ambiente seja inserida como variável importante na cobrança dos impostos. Em especial, ela propôs que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) tenha sua seletividade definida, também, pelo impacto ambiental do produto.

Segundo Fátima Cleide, o Senado não pode deixar passar essa oportunidade de ver o sistema tributário transformado em instrumento em favor do desenvolvimento econômico voltado para a justiça social e o equilíbrio ambiental.



OPORTUNIDADE Fátima Cleide espera que sistema tributário promova equilíbrio ambiental

Reforma paralela à da Previdência segue só

■ Plenário decide que proposta contendo as mudanças aceitas pelo governo terá exame em separado

Por 36 votos contra 28, os partidos da base do governo derrotaram ontem as oposições em Plenário, decidindo que a emenda paralela, que trata de previdência, terá uma tramitação independente da reforma previdenciária. As oposições queriam juntar as duas emendas constitucionais e, para isso, tentaram aprovar um requerimento com essa finalidade do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

A emenda paralela contém todas as mudanças que o governo aceitou fazer até agora, no Senado, na reforma da Pre-

vidência. A idéia dos líderes governistas é aprovar, sem alterações, a reforma já votada pelos deputados e, com isso, ela será promulgada assim que tiver a última votação no Senado. Já a paralela será enviada ao exame dos deputados, que ainda não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre seu conteúdo. As oposições querem fazer as mudanças na própria reforma da Previdência, e não em um texto alternativo.

A votação não teve obstrução dos senadores de oposição, que haviam acertado na véspera com os governistas um acordo de procedimentos sobre a reforma da Previdência.

Com a rejeição do requerimento de Demostenes Torres, a emenda paralela retorna ao seu caminho normal, na CCJ, enquanto a reforma da Previdência continua em discussão no Plenário, por cinco sessões

deliberativas, período em que também poderão ser apresentadas emendas.

Depois da votação, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que o resultado da votação mostrava ao governo que, “sem o acordo feito ontem (quarta), o governo não conseguiria rejeitar o requerimento”, por falta de quórum.

Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que a rejeição do requerimento “foi um passo importante para o país resolver seus problemas financeiros e voltar a crescer de forma sustentada”.

A votação do requerimento foi precedida de manifestações contundentes de vários senadores. Jefferson Péres (AM), líder do PDT, sustentou que a “emenda paralela é inconstitucional” e anunciou que a oposição irá ao Supremo Tribunal Federal contra sua tramitação.



DISCUSSÃO Reforma da Previdência continua em debate no Plenário, enquanto a paralela retorna à CCJ

Emendas de senadores chegam a 181

Até ontem, a reforma da Previdência já havia recebido 181 emendas de Plenário, a maior parte com o mesmo conteúdo das emendas apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por causa das emendas, a reforma voltará pela segunda vez à CCJ, onde o relator do projeto, senador Tião Viana (PT-AC), dará parecer sobre seus conteúdos, o que deve ocorrer após o dia 12 de novembro.

Caso Tião Viana rejeite as emendas, como fez da primeira vez em que a reforma esteve

na CCJ, os senadores descontentes poderão pedir sua votação em separado. A seguir, a reforma será submetida à sua primeira votação no Plenário, ocasião em que os senadores poderão fazer uma terceira tentativa de aprovar suas emendas de forma separada do projeto – mecanismo chamado de “votação de destaque”.

Para manter em Plenário o texto da reforma como saiu da Câmara, o governo precisará de 49 votos dos 81 senadores. Já os autores das emendas também precisarão de 49 votos para vê-

las aprovadas.

Neste momento, a reforma se encontra em discussão no Plenário, por cinco sessões deliberativas – a última está marcada para o dia 11 de novembro. Até esse dia poderão ser apresentadas emendas em Plenário, desde que elas estejam assinadas no mínimo por 27 senadores.

O primeiro dia de discussão da matéria ocorreu ontem, logo depois que os senadores votaram a Medida Provisória nº 128/03, que estava trancando a pauta de votações do Plenário.

José Cruz

Comissão quer medidas contra a biopirataria

Indicação aprovada ontem prevê o estudo de alternativas para conter pesquisas ilegais na Amazônia

A indicação de autoria do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), sugerindo à Subcomissão da Amazônia o estudo de medidas destinadas a evitar a biopirataria na região,

foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Arthur Virgílio apresentou a sugestão após constatar o crescimento do envio ilegal, ao exterior, de frutos, essências, madeiras, folhas e sementes, que, observou, são usados para a produção de alimentos, remédios ou cosméticos.

– Desde que cheguei ao Senado, preocupo-me com esse verdadeiro assalto ao patrimônio

vegetal – alertou Arthur Virgílio na justificativa da proposta.

O relator da indicação, de nº 3/2003, senador Jefferson Péres (PDT-AM), considerou relevante a iniciativa de Arthur Virgílio e lembrou que, enquanto o comércio internacional lucra com os alimentos e essências extraídos da Amazônia, "a população da região continua na miséria".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também condenou o aumento da biopirataria e

mostrou-se preocupado com a presença ilegal de empresas na região, que, observou, vêm realizando pesquisas com base em elementos da flora. Por isso, sugeriu a criação de laboratório estritamente nacional de pesquisas na Amazônia.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) voltou a pedir ao governo a adoção de "políticas claras" para a região amazônica com o objetivo de garantir a soberania brasileira.



SOBERANIA Proposta de Arthur Virgílio visa combater "assalto" a recursos da Amazônia

Aprovado acordo entre Brasil e Uruguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem texto do acordo firmado entre os governos brasileiro e uruguaio, que permite a livre circulação de cidadãos que moram na fronteira entre os dois países. Pelo acordo, celebrado em Montevideu em 2002, os cidadãos brasileiros e uruguaio terão acesso a documento especial, com direito à Previdência, fixação de residência, escola e trabalho.

De acordo com Pedro Simon (PMDB-RS), o tratado será muito bem recebido pelas pessoas que moram na fronteira, que mantêm relacionamento de amizade e respeito, o que agora será selado em acordo.

A comissão acolheu ainda requerimentos de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que solicita voto de aplauso ao Tribunal de Katsina e ao governo da Nigéria, por terem anulado condenação de Amina Lawal à morte; e de Lúcia Vânia (PSDB-GO), solicitando voto de repúdio ao atentado em Florencia, na Colômbia.



AMIZADE Simon (E) destaca importância do acordo que formaliza boas relações entre cidades fronteiriças

Ministro da Defesa participa de audiência sobre o projeto Sivam

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, deverá comparecer na próxima quinta-feira, a partir das 10h, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para esclarecer a execução e a operacionalização do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), conforme requerimento de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) aprovado na reunião de

ontem do colegiado.

De acordo com os senadores, passados seis anos da assinatura do contrato entre o Sivam e a Raytheon, empresa norte-americana responsável pela implantação do sistema, ainda não foram entregues os aparelhos de comunicação VHF para funcionarem entre as bases terrestres e os aviões. Por conta desse atraso, acrescentaram, o Sivam decidiu suspender o pa-

gamento à empresa.

O presidente da CRE, Eduardo Suplicy, informou que aproveitará a vinda do ministro para convidá-lo a acompanhar, junto com o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, a diligência, seguida de audiência pública, que o colegiado fará no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), conforme requerimento do senador João Capiberibe (PSB-AP).

Aulas de direito humanitário em escola militar

Durante a reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi aprovado parecer favorável ao projeto de Efraim Morais (PFL-PB) que torna obrigatório o ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares (PLS nº 281/2003).

Também foi aprovado requerimento de José Sarney (PMDB-AP) solicitando que o Senado apresente junto ao Comitê do Prêmio Nobel da Paz, do Parlamento norueguês, voto de apoio à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz de 2004.

A CRE aprovou ainda requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) formulando voto de censura ao Serviço de Imigração dos Estados Unidos.



Proposta de Efraim Morais foi aprovada na CRE

Brasil deve prestar apoio ao Timor Leste

O Brasil deve firmar protocolo de cooperação com o Timor Leste, envolvendo o Legislativo e o Executivo dos dois países, para ajudar principalmente na capacitação técnica dos timorenses. Foi o que informou ontem o presidente do Parlamento do Timor Leste, deputado Francisco Guterres, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP),

comprometeu-se, a pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), a conversar com o chanceler Celso Amorim para verificar a contribuição que pode ser dada por instituições brasileiras dentro do processo de reconstrução do Timor Leste, ex-colônia portuguesa que viveu 24 anos sob domínio da Indonésia e libertou-se em 1999.

Guterres, ex-guerrilheiro da Frente Revolucionária do Timor Leste (atualmente o maior par-

tido do país, com 55 deputados), explicou ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que o sistema parlamentar do país é unicameral e com 12 partidos representados.

Ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), esclareceu que o aparelho institucional está montado, com o Tribunal de Recursos exercendo a função de suprema corte, salientando que as liberdades fundamentais são garantidas no país.



DEBATE Ao lado de Eduardo Suplicy (D), o presidente do Parlamento timorense, Guterres, falou aos senadores que integram a CRE



PAGAMENTOS Alberto Silva lembrou que contratos de privatização não são cumpridos

Alberto Silva quer manter ferrovia federal

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que reverta decisão, tomada pelo governo anterior, de extinguir a Rede Ferroviária Federal. Ele disse que nenhuma das concessionárias vem pagando os valores estabelecidos nos contratos de concessão.

Em pronunciamento, o parlamentar informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) forneceu aos ferroviários certificado mostrando que nenhuma das concessionárias estaria cumprindo o pactuado. Para Alberto Silva, é o caso de decretar a caducidade desses contratos.

– O presidente precisa suspender a extinção da Rede, talvez transformando-a em autarquia, para evitar o descalabro que está acontecendo.

O senador também denunciou outras determinações contratuais que estariam sendo descumpridas. As linhas, que antes ligavam todo o país, estão agora interrompidas. Alberto Silva exemplificou com a linha que parte de São Luís, passa por Teresina e Fortaleza, mas não tem continuidade depois do Recife.

A extinção da Rede, disse, foi um dos piores erros do governo anterior. Ele espera que Lula acate a moção que lhe apresentará para restabelecer o patrimônio da Rede, que chega a R\$ 20 bilhões.



José Cruz

■ Senador defende o saneamento do banco e investigação de empréstimos para as privatizações

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) questionou, da tribuna, diversas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos anos. Ele citou notícia de que o presidente da instituição, Carlos Lessa, anunciou que o banco já atingiu o limite de empréstimos para o setor público e necessita ser capitalizado. O senador defendeu o aporte de capital, mas pediu saneamento e correção de rumos na política de investimentos do banco e investigação de operações suspeitas.

– Vamos investigar o que está errado. Não vamos deixar que os que vieram do exterior com dinheiro nosso continuem se locupletando às nossas custas. Segundo ele, Lessa anunciou



SUSPEITA Ramez Tebet também mostrou denúncia envolvendo a CRT e a Brasil Telecom

que não possui “nem um tostão” para os municípios e só terá condições de liberar os R\$ 493,8 milhões para a prefeitura de São Paulo, aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após receber dívida de US\$ 1,2 bilhão da AES/Eletropaulo. Sobre esse financiamento e outros da época do Programa Nacional de Desestatização, disse Tebet, há suspei-

tas de irregularidades.

Denúncia

Tebet também trouxe denúncia, publicada pela revista italiana *Panorama*, sobre a compra da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) pela Brasil Telecom, controlada pela Telecom Itália, Banco Opportunity e fundos de pensão do Banco do Brasil e Petrobras. O negócio teria sido imposto pela empresa italiana e provocado prejuízo de mais de US\$ 100 milhões aos seus sócios brasileiros.

Conforme a revista, a operação estaria sendo superfaturada, com a participação do presidente da Telecom Itália, Roberto Colaninno – o valor inicial de US\$ 730 milhões passou para US\$ 850 milhões.

O problema, lembrou Tebet, é que relatórios encaminhados à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e diversos ministérios comprovariam que o governo sabia da situação, o que foi negado pelo presidente da agência, Renato Guerreiro.

Saturnino sugere cautela na análise sobre retomada do crescimento

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou em Plenário ser preciso ver com cautela os sinais de revitalização da economia. O parlamentar lembrou que é comum em todo fim de ano surgir movimentação econômica que pode ser encarada como sinal de revitalização. Mas geralmente, observou, esses movimentos têm vida curta e não produzem expansão econômica.

Na opinião de Saturnino, a alavanca essencial do crescimento do país deve ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O senador lamentou que a instituição venha sendo

“saqueada” há anos. E disse que o BNDES precisa recuperar sua capitalização e retomar a capacidade de financiar o setor público. O senador destacou que há 25 anos o Brasil não cresce e por isso apareceram diversos efeitos colaterais que se manifestam como “dilaceramento da sociedade brasileira”.

Saturnino lembrou que, em 2004, o Brasil ainda precisa manter o superávit primário relativo a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com compromissos firmados com organismos internacionais. “Mas é importante que em 2005 comecemos a reduzir esse percentual, porque um superá-



PROGRESSO Investimentos públicos levariam à geração de renda, afirma Roberto Saturnino

vit dessa magnitude constitui esterilização dos investimentos públicos, que conduziram à geração de renda e emprego.”



SOFRIMENTO Estiagem atinge norte e noroeste do Espírito Santo, segundo Magno Malta

Malta cobra recursos para combate a seca

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que a fome e a sede têm causado desesperança e sofrimento aos habitantes do norte e noroeste do Espírito Santo, que sofre forte estiagem há oito meses. Ele pediu apoio dos líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PT no Senado, Tião Viana (AC), para a liberação de R\$ 20 milhões, pelo Ministério da Agricultura, aos 28 municípios capixabas que se encontram em estado de emergência desde julho.

De acordo com Malta, os integrantes da bancada federal do Espírito Santo pediram a liberação dos recursos, contingenciados pelo governo. O senador relatou que, em audiência há duas semanas com os parlamentares, o ministro Roberto Rodrigues prometeu uma resposta ao pleito após conversar com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. A resposta, no entanto, não veio, reclamou o senador.

A estiagem tem feito definhar lavouras, rebanhos e pastagens, com prejuízo estimado de R\$ 360 milhões para os produtores rurais. Magno Malta assinalou que esse valor equivale a mais de dois meses de arrecadação do Espírito Santo. A maior queda é verificada nas culturas perenes, com perda de R\$ 230 milhões apenas com o café. A produção de cana-de-açúcar caiu 30% e a de cacau, 35%, e mais de 10 mil bovinos morreram por falta de comida.

Aelton destaca investimento em Minas para geração de energia

O senador Aelton Freitas (PL-MG) saudou ontem os planos de investimento do Consórcio Capim Branco Energia, que pretende instalar em dois anos e meio complexo energético na região do Triângulo Mineiro, resultado do investimento de R\$ 800 milhões. O consórcio é

formado pela Companhia Vale do Rio Doce e pelos grupos Votorantim e Suzano. A estimativa é que sejam gerados 300 empregos diretos.

– Minas espera e precisa dessa injeção de energia – afirmou Aelton, que elogiou o governador do estado, Aécio Neves

(PSDB), por incentivar a iniciativa. O senador observou que o governador está conseguindo tirar Minas, “a passos seguros”, da crise e vem redirecionando os rumos da economia do estado na direção do crescimento responsável.

Aelton Freitas lembrou que o

consórcio se propõe a cumprir todas as exigências impostas pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, investindo no desenvolvimento sustentável. Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou a iniciativa.

CPI quebra sigilo de centenas de pessoas

■ Comissão mista também decide convocar depoimentos e requisitar documentos

A CPI do Banestado aprovou ontem 29 requerimentos de quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico, de convocação de pessoas para prestar depoimento e de requisição de documentos. Dois dos requerimentos aprovados, de autoria do relator, deputado José Mentor (PT-SP), quebram os sigilos telefônico, fiscal e bancário de

152 empresas e 148 pessoas físicas, que teriam utilizado serviços prestados pela empresa Beacon Hill, fechada em fevereiro deste ano por suspeita de participar da evasão de divisas do Brasil e de lavagem de dinheiro.

Por outro requerimento aprovado, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a CPI quebrará o sigilo bancário de 23 pessoas físicas e jurídicas, que teriam recebido, em suas contas bancárias, dinheiro oriundo de superfaturamento de obras públicas e remetido ao exterior por meio das chamadas contas CC-5.

Do senador Antero Paes de

Barros (PSDB-MT), a CPI aprovou, entre outros, requerimento solicitando ao Banco Central cópia de todos os processos instaurados para apurar possíveis irregularidades cambiais praticadas pelo Banco de Boston entre 1999 e 2002.

O objetivo é apurar se houve evasão de divisas nas operações que o banco teria montado com sua matriz nos Estados Unidos para fabricar um prejuízo de US\$ 243 milhões com a alegação de tratar-se de *hedge* (operação para se resguardar de flutuações de preços) de empréstimos tomados no exterior e de financiamentos de importação.



INVESTIGAÇÃO Requerimentos de Antero Paes de Barros (D) e José Mentor foram acolhidos pela CPI

Reuniões nos estados começam por BH

A CPI do Banestado aprovou seu calendário de novembro para reuniões nos estados. Nos dias 3 e 4 (segunda e terça-feiras da próxima semana), a CPI estará em Belo Horizonte (MG), e nos dias 10 e 11 no Rio de Janeiro, enquanto os dias 13 e 14 foram reservados para a realização de oitivas em Rio Preto (SP). Ainda em novembro, a CPI estará, no período de 20 a 22, em Foz do Iguaçu e Curitiba (PR), e, entre os dias 27 e 29, em Campinas (SP).

Em Belo Horizonte, a CPI ouvirá Eduardo Maluf Martins, Eduardo Fonseca Santos, Manoel Bernardes, João Augusto Monteiro, Mário Lamosa, Max

Dolinger e Maurício Abreu Murad. Os depoentes, segundo informações recolhidas pela CPI, utilizaram contas da empresa americana Beacon Hill para movimentar recursos retirados ilegalmente do Brasil por meio de contas CC-5.

Ainda deverão prestar esclarecimentos em Belo Horizonte o presidente da construtora Mendes Júnior, Murilo Mendes, e um ex-funcionário da empresa, Joel Guedes Fernandes. O assunto são as denúncias de corrupção na construção do túnel da Avenida das Águas Espraiadas, em São Paulo, cujos recursos teriam sido parcialmente desviados

para paraísos fiscais.

A presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, e o diretor daquela instituição bancária, José Roberto Salgado, também deverão prestar esclarecimentos à CPI. O banco foi acusado pelo procurador da República Carlos Fernando Lima de ter participado do esquema montado em Foz do Iguaçu (PR) para retirar ilegalmente dinheiro do país via contas CC-5.

A CPI, ainda em Belo Horizonte, ouvirá o sócio-gerente da empresa Organizações Manoel Bernardes, Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, e o representante da *offshore* Trade Link Bank, Fernando Toledo.



ACUSAÇÃO Antonio Carlos afirma que procurador faz denúncias sem fundamento e que geram graves conseqüências

ACM pede providências contra Luiz Francisco

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, providências contra o procurador Luiz Francisco de Souza. Em carta à coluna "Painel do Leitor", publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, Luiz Francisco mantém sua opinião de que agiu certo ao gravar conversa entre procuradores e Antonio Carlos, na qual este referiu-se à lista com a identificação dos votos na sessão em que foi casado o senador Luiz Estevão em 2000.

Luiz Francisco, conforme o senador, faz denúncias sem fundamento, com graves conseqüências para o país e para o Ministério Público. Antonio Carlos estranhou que, mesmo sendo processado por várias

pessoas, o procurador ainda não tenha sido indiciado em inquérito a cargo do órgão em que serve. O senador pediu a Fonteles que Luiz Francisco seja submetido a exames médicos e psiquiátricos que provem sua insanidade mental, embora o senador não veja como imputar-lhe uma pena.

– Ninguém pode pedir uma pena para quem não é responsável por seus atos, porque este, evidentemente, não está no pleno exercício de suas faculdades mentais – disse Antonio Carlos, que foi apoiado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Para Virgílio, Luiz Francisco é um "embuste".

Ontem, a Mesa do Senado encaminhou ao procurador-geral da República o protesto de Antonio Carlos Magalhães.

Sibá alerta para risco de conflito em Porto de Moz

O senador Sibá Machado (PT-AC) alertou ontem o Plenário para a possibilidade de conflitos violentos ocorrerem no início da próxima semana no município de Porto de Moz (PA), na região do Rio Xingu. Segundo o senador, uma área de 1,7 milhão de hectares vem sendo utilizada por madeireiros, cuja atuação se contrapõe as 15 mil famílias que ocupam a área.

O Plenário aprovou requerimento de Sibá Machado determinando o envio de missão do Senado para acompanhar equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Organização Não-Governamental Greenpeace, que estarão na região na próxima segunda-feira.



APELO Sibá Machado pede esforço do Senado e da Câmara em busca de entendimento

– Não sei o que pode acontecer. Peço que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados participem das negociações com o setor madeireiro e com as famílias, para que se chegue a uma situação de paz – assinou o senador.